



Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Temos hoje uma maioria para governar e não fugimos à responsabilidade.

Esta maioria nasceu da confiança que os portugueses depositaram no governo num contexto que se sabia que não seria fácil.

Não nasceu de uma ilusão, nem de um quadro de euforia.

Ao cabo de dois anos especialmente duros, de uma pandemia, os portugueses sentiram que podiam confiar. E a maioria é sempre uma responsabilidade acrescida.

Os portugueses confiaram no governo porque este é um governo que confia nas pessoas.

É um governo que não alimenta divisões.

Já passou o tempo em que se punham uns contra os outros, novos contra velhos, funcionários do setor privado contra funcionários públicos, tratando grupos de trabalhadores inteiros como bode expiatório.

Estamos aqui para avançar juntos.

Os portugueses confiaram em nós e nós confiamos nos portugueses.

Confiamos nos que investem na sua formação, que sabem que o seu futuro e o do país dependem do trabalho mais qualificado, do conhecimento, da ciência, e da aposta no ambiente e na cultura;

Confiamos nos médicos, enfermeiros e técnicos do Serviço Nacional de Saúde, que cuidam de todos, dia após dia, na linha da frente;

Confiamos naqueles que, depois de uma vida de trabalho, ajudam os seus filhos e os seus netos, porque esse cuidado e essa generosidade é uma marca cultural do nosso país;

Confiamos naqueles que combatem os incêndios e, com grande coragem, protegem a comunidade;

Confiamos nos que não desistem das suas terras, apostam na agricultura do futuro, na cultura, no turismo, no interior do país;

Confiamos nos que trabalham na administração pública, com profissionalismo e espírito de serviço;

Confiamos naqueles que criam emprego, nos pequenos, médios e grandes empresários que acrescentam valor;

Confiamos nos que emigraram e que agora regressam, porque sabem que têm aqui lugar e que podem dar o seu contributo ao país;

E confiamos também naqueles que chegaram a Portugal para trabalhar, os que ajudam a criar riqueza cá, enfrentando muitas vezes quotidianos difíceis.

As reformas que perduram, aquelas que mudam o país, não são as que são feitas contra as pessoas, mas com elas; não são as que dividem, mas as que assentam no diálogo social.

Não confundimos o mandato que temos para governar com um governo enclausurado na sua própria maioria. É nossa missão unir e mobilizar as energias do país.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

A este Governo coube estar em funções num período histórico cheio de adversidades, algumas delas graves e até inesperadas. Mas o momento que atravessamos dá-nos grande clareza sobre as tarefas principais. Temos de modernizar o país e proteger as pessoas, e precisamos de fazer essas duas coisas ao mesmo tempo.

Não disfarçamos as dificuldades, mas também não as tememos.

Já foi assim quando ninguém acreditava que fosse possível ter as contas certas, gerir os riscos do sistema financeiro e pôr o emprego a crescer;

Já foi assim na pandemia, com determinação e serenidade;

E foi assim também nestes últimos dias, face a uma vaga de incêndios de contornos preocupantes;

É assim agora para fazer face às consequências de uma guerra dramática, cujos efeitos sentimos no dia-a-dia, com o aumento da inflação.

A crise provocada pela invasão da Ucrânia tornou imediatamente necessário um conjunto de medidas para defender os portugueses – sobretudo os mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, esta guerra só tornou ainda mais premente a agenda de modernização do país.

Virámos a página da austeridade; virámos a página da pandemia; virámos a página que colocava portugueses contra portugueses. Estamos agora a começar um novo capítulo. *Modernizar o país e proteger as pessoas são as duas bases em que assenta a nossa estratégia. Modernização e proteção social têm de ir juntas.*

Este é um governo com energia reformista – mas a medida de uma boa reforma não é o descontentamento social.

Pelo contrário, uma boa reforma é aquela que resiste ao tempo e que não é revogada à primeira oportunidade.

Para os problemas do país, é preciso ter respostas construídas passo a passo, com o empenhamento de todos. Essa é a nossa ideia de reformismo. Para problemas estruturais, soluções graduais.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados

Estas não são palavras vagas, mas uma marca de governação. Foi assim nos últimos seis anos e foi também assim ao longo destes curtos 100 dias.

Pode-se perguntar o que é que o XXIII Governo Constitucional fez. O que é que o governo fez, nestes três meses, para proteger as pessoas e modernizar o país?

Pois aqui ficam alguns exemplos já destes meses:

- Transferiu-se um leque muito vasto de competências da administração central para as autarquias, concretizando a descentralização administrativa;
- Valorizaram-se as carreiras gerais na administração pública, premiando os salários dos doutorados que trabalham nos serviços, mostrando que vale a pena investir na formação;
- Financiou-se a programação da rede de teatros e cineteatros, que vai criar uma oferta cultural mais rica e regular em todo o território, democratizando o acesso à cultura;
- Abriu-se a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, criando as condições para se mostrar o que de mais inovador se faz no país, juntando público, privados e as autarquias;
- Aprovou-se o novo estatuto do SNS, racionalizando a orgânica do sistema e garantindo a coordenação em rede de todo o serviço;
- Aprovou-se a Agenda do Trabalho Digno, com vista a combater a precariedade laboral e o recurso abusivo ao trabalho temporário;
- Estabeleceu-se um mecanismo ibérico que, por si só, permitiu conter o preço da eletricidade, com uma redução média do preço da energia de 14%;
- Reduziu-se a carga fiscal sobre os combustíveis, para compensar os aumentos dos preços. Sem esta intervenção, os portugueses pagariam hoje, em média, mais 30 cêntimos por litro de combustível;
- Cumpriu-se um aumento extraordinário das pensões, com efeitos retroativos a janeiro deste ano;
- Desenhou-se uma proposta de lei que facilita a circulação dos trabalhadores entre os países de língua portuguesa e ao mesmo tempo potencia a presença entre nós dos chamados nómadas digitais;

- Depois de um longo interregno provocado por este Parlamento – contra a vontade dos portugueses, como se demonstrou –, temos finalmente um Orçamento do Estado. E assinámos um acordo de parceria com a Comissão Europeia, que define as oportunidades que se abrem com o financiamento europeu.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Vão permitir-me a referência, mas tudo isto me faz lembrar a velha rábula dos Monty Python:

Tirando um orçamento do Estado e um acordo de parceria com a Comissão Europeia;

Tirando as medidas para conter o aumento dos combustíveis e da eletricidade;

Tirando o reforço do rendimento dos mais vulneráveis;

Tirando a valorização das qualificações;

Tirando uma reforma administrativa profunda, que descentraliza competências;

Tirando um acordo de mobilidade que responde às necessidades do mercado de trabalho;

Tirando isso – o que é que o governo fez pelo país, em 100 dias?

Senhor Presidente, Senhoras e senhores deputados

O nosso compromisso não é apenas com o tempo curto. O horizonte deste governo é 2026.

Esta é uma legislatura de responsabilidade acrescida também porque neste período se cumprem 50 anos do 25 de Abril.

É um momento para refletirmos sobre como Portugal mudou, e o muito que há para fazer para termos o país que ambicionamos.

Temos hoje um Portugal muito mais moderno, com mais inclusão social, com gerações mais novas muito mais qualificadas, um país muito mais inserido no contexto europeu e internacional. Já percorremos um longo caminho.

Mas ainda precisamos de convergir com os países mais avançados da Europa, de ter um Portugal mais competitivo e mais inovador:

Um país que dignifique o trabalho, que o remunere condignamente;

Um país que valorize as qualificações, onde os jovens encontrem mais oportunidades;

Um país onde os mais velhos tenham o cuidado de que precisam e a proteção que merecem;

Um Portugal inteiro, que não deixe para trás nenhuma parte do seu território.

O compromisso deste Governo é com o Portugal futuro, mas é um compromisso que só se concretizará mobilizando a energia e a vontade de todos – dos jovens e dos mais velhos; dos trabalhadores do privado e dos funcionários públicos; dos empresários e dos criadores; dos autarcas e da sociedade civil; dos que vivem no litoral e no interior; dos portugueses, de norte a sul e nas ilhas.

Da nossa parte, temos a energia necessária para fazer face às dificuldades e a vontade essencial para conduzir as mudanças de que o país precisa. Mas a maioria de diálogo conta com todos.